**Louis-Jean Calvet**

# As políticas LINGÜÍSTICAS

Tradução:
Isabel de Oliveira Duarte
Jonas Tenfen
Marcos Bagno

Prefácio:
Gilvan Müller de Oliveira

parábola

ipol

# SUMÁRIO

PREFÁCIO ..... 7

**Capítulo I:** NAS ORIGENS DA POLÍTICA LINGÜÍSTICA ..... 11
I. Nascimento do conceito e de seu campo de aplicação 12
II. O primeiro modelo de Haugen ..... 20
III. A abordagem "instrumentalista": P. S. Ray e V. Tauli 25
IV. O segundo modelo de Haugen ..... 29
V. A contribuição da sociolingüística "nativa" ..... 32

**Capítulo II:** AS TIPOLOGIAS DAS SITUAÇÕES PLURILÍNGÜES ..... 37
I. Ferguson e Stewart ..... 38
II. As propostas de Fasold ..... 46
III. A grade de Chaudenson ..... 49
Conclusão ..... 58

**Capítulo III.** OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO LINGÜÍSTICO ..... 61
I. O equipamento das línguas ..... 62
*A escrita* ..... 63
*A padronização* ..... 67
*Do "in vivo" para o "in vitro* ..... 68
II. O ambiente lingüístico ..... 71
III. As leis lingüísticas ..... 74
*Nomear a língua* ..... 78
*Nomear as funções* ..... 80

*Princípio de territorialidade ou de personalidade?* 81
*O direito à língua* ..... *84*
Conclusão ..... 85

**Capítulo IV:** A AÇÃO SOBRE A LÍNGUA (O CORPUS) 87
I. O problema da língua nacional na China ..... 87
II. Intervenção no léxico e na ortografia de uma língua: o exemplo do francês ..... 93
*Os "decretos lingüísticos"* ..... *93*
*As leis lingüísticas* ..... *93*
*A ortografia* ..... *95*
*As indústrias da língua* ..... *100*
III. A fixação do alfabeto bambara no Mali ..... 101
IV. A "revolução lingüística" na Turquia ..... 108
V. A padronização de uma língua: o exemplo da Noruega ..... 112

**Capítulo V:** A AÇÃO SOBRE AS LÍNGUAS (O STATUS) 117
I. A promoção de uma língua veicular: o caso da Tanzânia ..... 117
II. A promoção de uma língua minoritária: o caso da Indonésia ..... 122
III. A paz lingüística suíça ..... 126
IV. A defesa do status internacional de uma língua: o exemplo do francês ..... 130
*Na Europa* ..... *133*
*A francofonia* ..... *136*
*O francês no mundo* ..... *141*
V. A substituição de um língua colonial: os inícios da arabização na África do Norte ..... 145
*No Marrocos* ..... *148*
*Na Tunísia* ..... *151*
*Na Argélia* ..... *153*
Conclusão ..... 157

BIBLIOGRAFIA ..... 161

ÍNDICE DE NOMES ..... 167

# PREFÁCIO

Faz pouco tempo que o termo 'política lingüística' está circulando de maneira minimamente sistemática no Brasil, contrariamente ao que ocorre em vários outros países latino-americanos, notadamente na Argentina ou nos países andinos. Na metade da década de 1980, por exemplo, fui aluno de um bacharelado em lingüística em uma importante universidade brasileira, com várias áreas de estudo, e não tive nenhum contato com o termo ou a disciplina.

É que 'política lingüística', enquanto disciplina nascida na segunda metade do século XX, como Calvet mostra nesta introdução, está associada ao plurilingüismo e a sua gestão. Está associada a mudanças políticas que levaram a alterações no estatuto das diversas comunidades lingüísticas que integram a cidadania, como ocorreu na esteira do processo de descolonização da Ásia e da África a partir dos anos 1950, entre outros.

No Brasil, onde a ideologia da 'língua única', desde tempos coloniais, tem camuflado a realidade plurilíngüe do país, parecia haver pouco lugar para as questões empíricas e teóricas levantadas pelos estudiosos das políticas lingüísticas. O consenso em torno da lín-

gua única — 'todos os brasileiros se entendem de norte a sul do país, porque falam português [alguns acrescentariam: "e aqui não há dialetos"] — tem sido amplamente hegemônico, inclusive em muitos quadros universitários, comprometidos, em grande parte, com a execução de mais este item do 'projeto nacional' brasileiro. Note-se, por exemplo, que até a sociolingüística majoritariamente praticada no país é uma sociolingüística das variáveis e variantes do português — uma sociolingüística do monolingüismo, portanto.

Nas duas últimas décadas, entretanto, o panorama das reivindicações dos movimentos sociais, a diversificação de suas pautas, o crescimento das questões étnicas, regionais, de fronteira, culturais, tornaram muito mais visível que o Brasil é um país constituído por mais de 200 comunidades lingüísticas diferentes que, a seu modo, têm se equipado para participar da vida política do país. Emerge em vários fóruns o conceito de **'línguas brasileiras'**: línguas faladas por comunidades de cidadãos brasileiros, historicamente assentadas em território brasileiro, parte constitutiva da cultura brasileira, independentemente de serem línguas indígenas ou de imigração, línguas de sinais ou faladas por grupos quilombolas. Emergem também olhares inovadores sobre o próprio português, nascidos dos novos papéis que o Brasil desempenha em contexto regional e mundial.

O crescimento desses movimentos sociais e a reação do Estado a essas reivindicações vão tornando dia a dia mais claro o âmbito das responsabilidades das políticas lingüísticas — seus métodos e interesses. Sobretudo, vão tornando mais claro que 'política lingüís-

tica', para além de uma multidisciplina constituída de conhecimentos técnicos de lingüística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para a análise das situações lingüísticas é, como diz Lia Varela, uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas.

O livro de Calvet vem, assim, em um bom momento. É um livro que tem o mérito da apresentação conceitual sistemática, necessária no atual momento das discussões políticas envolvendo as línguas do Brasil e as ações político-lingüísticas do Estado. Aporta, além disso, análises de situações político-lingüísticas em várias partes do mundo, mostrando com isso soluções produzidas em planificação de *corpus* e em planificação de *status* das línguas, seus limites e possibilidades.

É uma contribuição importante para o que temos chamado de **'virada político-lingüística'**: o movimento pelo qual os lingüistas (mais que a lingüística) passam a trabalhar junto com os falantes das línguas, apoiando tecnicamente suas demandas políticas e culturais. Deixam de atuar no campo da 'colonização de saberes' para atuar no que Boaventura Santos chama de 'comunidade de saberes', e passam do campo universitário ao campo dos conhecimentos pluriversitários, o que prioriza a pesquisa-ação sobre uma visão de pesquisa que tem tratado os falantes das línguas como meros informantes descartáveis, uma vez que o gravador capture o 'dado' lingüístico

Calvet define a lingüística como o estudo das comunidades humanas através da língua. Em outro contexto, afirma que são as línguas que existem para ser-

vir aos homens e não os homens, para servir às línguas. Sua obra vai se estruturar centralmente em torno a essas máximas, descrevendo os conflitos humanos e procurando desenvolver uma conceituação para a compreensão dessas situações que tem sua "questão teórica primordial levantada pela própria idéia de política lingüística": em que medida o homem pode intervir na língua ou nas línguas?

**Gilvan Müller de Oliveira**
IPOL, Florianópolis, julho de 2007